

# Flagrantes da profissão docente na cidade do Rio de Janeiro nas páginas da revista *O Ensino Primário* (1884-1885)

Sonia de Castro Lopes\*

## **Resumo:**

Este artigo busca discutir questões a respeito da profissão docente na cidade do Rio de Janeiro, na década de 1880. Utiliza-se de uma revista consagrada aos interesses do ensino, redigida por professores primários da Corte Imperial: *O Ensino Primário*, publicada em 1884 e 1885, com periodicidade mensal. Observa que os redatores da revista, professores adjuntos da rede pública, visivelmente ameaçados pela exigência de frequentarem o curso da Escola Normal recém-criada (1880), empenham-se em “salvaguardar a dignidade do magistério público” por meio de artigos que abordam questões de interesse da classe, nos quais retratam a situação precária dos professores primários e o controle a que eram submetidos por parte do Estado.

## **Palavras-chave:**

*profissão docente; Rio de Janeiro; ensino primário; escola normal; impresso pedagógico.*

---

\* Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisadora do Programa de Estudos e Documentação, Educação e Sociedade (PROEDS/UFRJ).

# Snapshots of the teaching profession in the city of Rio de Janeiro within the pages of the newsletter *O Ensino Primário* (1884-1885)

Sonia de Castro Lopes

## Abstract:

This article aims to discuss relevant issues of the teaching profession in the city of Rio de Janeiro in the 1880s, when Rio was then a city that belonged to the Portuguese empire. Its main source of reference is a monthly newsletter published at that time, more specifically in the years of 1884 and 1885, about teaching and whose articles were written by primary teachers of the Imperial court: *O Ensino Primário*. The newsletter editors, who were assistant teachers with the state schooling system, were visibly threatened by the requirement of having to attend the recently established (1880) School of Teachers. They focused their efforts in “safeguarding the public teaching profession” by publishing articles that addresses the interests of their trade and which portrayed their poor situation and the controlling hand of the state upon them.

## Keywords:

*teaching profession; Rio de Janeiro city; primary education; school of teachers; education newsletter.*

O desprestígio e o processo de precarização da profissão docente, especialmente em relação àqueles que se dedicam às séries iniciais do ensino fundamental, têm inspirado inúmeros estudos no meio acadêmico, a par da produção de uma literatura consagrada a respeito dessa temática (Nóvoa, 1987, 1991a, 1991b; Apple, 1995; Enguita, 1991, entre outros). Entretanto, como observa Oliveira (2004), é possível identificar algumas lacunas nessas pesquisas no que diz respeito às formas de resistência e conflito presentes nos discursos e nas práticas das organizações que representam a categoria.

Com o objetivo de contribuir para o debate e por entender que o conhecimento histórico dialoga com o passado na tentativa de responder a questões colocadas por nossos interesses intelectuais e necessidades sociais presentes, procura-se discutir, neste trabalho, questões relativas à *profissionalização docente*<sup>1</sup> na cidade do Rio de Janeiro na década de 1880 por meio de uma revista consagrada aos interesses do ensino e redigida por professores primários da Corte Imperial: *O Ensino Primário*.

Os trabalhos de Ferreira (2002) e Lemos (2007, 2008) indicam, já na década anterior, o surgimento de manifestações docentes que objetivavam a melhoria do estatuto profissional e das condições de acesso e promoção na carreira. O lançamento do *Manifesto dos Professores Públicos da Instrução Primária da Corte*, em 1871, e a criação da *Associação dos Professores Públicos da Corte*, em 1877, identificam os professores primários como protagonistas do associativismo docente, cujas reivindicações eram expressas por meio de periódicos, em sua maioria de curta existência. A revista que serve como principal fonte documental a este artigo se encaixa exemplarmente nessa categoria, pois foi publicada durante os anos de 1884 e 1885, com periodicidade mensal, e apenas dois números foram localizados na seção de Periódicos Raros da Biblioteca Nacional: maio de 1884 e agosto de 1885.

---

1. Entendo a expressão *profissionalização docente* como um construto teórico que envolve não só aspectos ligados à formação, qualificação ou capacitação, mas também leva em conta saberes oriundos da experiência, lutas e resistências que conferem identidade à categoria e acabam por inseri-la nas relações sociais de produção.

Pelo exame do impresso, pode-se perceber que seus redatores, professores adjuntos da rede pública, se encontravam irremediavelmente ameaçados pelo modelo escolarizado de formação docente que se estabeleceu na Corte com a criação da Escola Normal, em 1880. Acusados de *incapacitados e incompetentes* pela Inspeção de Instrução Pública, que exercia severo controle sobre suas atividades, empenharam-se em “salvaguardar a dignidade do magistério público” por meio de artigos que abordam questões de interesse da classe. A mais importante de todas é, sem dúvida, a situação dos adjuntos das escolas públicas primárias perante a nova exigência de serem obrigados a cursar as disciplinas dos dois primeiros anos da Escola Normal para lograrem o direito de permanecer no cargo. Outra questão diz respeito ao flagrante e irreversível processo de *feminização* do magistério, fato que provoca a reação dos redatores e colaboradores do impresso, cujos nomes não são revelados.

Tais questões, por sua relevância, constituem os principais pontos de pauta dos dois números examinados. Além disso, o periódico também oferecia aos leitores uma seção pedagógica, de caráter prescritivo, bem como notícias informativas sobre nomeações, designações, licenças ou falecimento de professores e crônicas nas quais se procurava retratar a situação precária dos professores primários, as dificuldades por que passavam e o controle a que eram submetidos por parte do Estado. As despesas com a publicação eram custeadas pela venda de assinaturas na Corte e nas províncias do país, a razão de três mil réis a assinatura anual<sup>2</sup>.

Buscou-se também neste trabalho estabelecer um diálogo entre a principal fonte consultada e os documentos sobre a Escola Normal encontrados no Arquivo Nacional e Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Tratam-se, neste caso, de fontes oficiais que dizem respeito à estrutura organizacional da escola: regulamentos, relatórios de autoridades e programas de ensino, cujo exame nos possibilitou apreender o conjunto

2. Esses valores referem-se ao número de 1884. No ano seguinte, a assinatura anual elevou-se a cinco mil réis, mantendo-se o preço de três mil réis para a assinatura semestral.

de normas e a cultura escolar<sup>3</sup> da instituição criada para promover a formação inicial dos professores, futuros funcionários do Estado.

Para António Nóvoa (1991b), desde o final do século XVIII, na Europa, o processo de *funcionarização* imposto aos docentes acaba por gerar uma tensão constante entre estes e o governo. De um lado, percebe-se a atuação do Estado que busca garantir o controle do corpo de funcionários e da própria instituição escolar. De outro, a luta dos docentes por uma autonomia que nem sempre é possível devido às relações de trabalho às quais têm de se submeter, ainda que, por vezes, disponham de meios necessários à produção de um discurso próprio.

A perspectiva de análise empreendida neste trabalho incorpora ainda as reflexões de Thompson (1981, 1987) no sentido de se pensarem os docentes como uma categoria profissional cuja *experiência*, divulgada e diferenciada por meio de uma linguagem específica, se utiliza de um discurso elaborado e desenvolvido pelos próprios atores sociais. Assim, suas falas expressam experiências vividas e compartilhadas por membros de um mesmo grupo e por meio delas é possível apreender as *representações* (Chartier, 1990) que os docentes possuíam acerca da própria identidade profissional, bem como o cotidiano de suas lutas e mecanismos de resistência às normas preestabelecidas.

Cabe aqui assinalar a importância da imprensa pedagógica como um dispositivo capaz de revelar as múltiplas faces do campo educacional, além de ser um espaço no qual os profissionais se podem fazer ouvir na defesa dos interesses de sua categoria. Como observa António Nóvoa (2002), “a feitura de um periódico apela sempre a debates e discussões, a polémicas e conflitos; [...] a controvérsia não deixa de estar presente, no diálogo com os leitores, nas reivindicações junto dos poderes públicos ou nos editoriais de abertura” (p. 13).

3. A expressão é aqui usada para definir o conjunto de normas que definem conhecimentos a serem ensinados e condutas a serem inculcadas na instituição escolar, bem como as práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos. Estão em pauta também as finalidades que regem a escola e o papel desempenhado pela profissionalização do trabalho do educador (Julia, 2001).

Nessa perspectiva, o discurso dos professores da Corte, veiculado por meio da revista *O Ensino Primário*, pode ser compreendido como uma forma de resistência esboçada por eles diante das ameaças à sua autonomia como categoria profissional. O periódico configura-se como um dispositivo de comunicação cuja estratégia tem por fim defender os interesses da classe e assegurar seu espaço em uma sociedade convencida pelo discurso governamental do poder civilizador da instrução pública. Nesse sentido, torna-se esclarecedora a mensagem que lhe serve de epígrafe: “Abrir escolas é fechar prisões” (*O Ensino Primário*, n. IV, 1885, p. 49).

## Práticos & Especialistas

A emergência das Escolas Normais no século XIX impôs um modelo de formação docente mais especializado que, na opinião de Nóvoa (1987, 1991b), contribuiu para o desenvolvimento do campo profissional do magistério, ainda que, em contrapartida, propiciasse um controle mais rígido sobre os professores/funcionários por parte do Estado.

A concepção de uma moderna Escola Normal, tal como fora prevista pelo Decreto Leôncio de Carvalho<sup>4</sup> (1879), rapidamente repercutiu nos meios políticos e intelectuais da capital do Império. A despeito das tentativas anteriores, que foram interrompidas ou acabaram não se materializando<sup>5</sup>, oficializa-se a criação da Escola Normal da Corte, de caráter gratuito e misto, por meio do decreto n. 7.684, de 6 de março de 1880.

4. Pela Reforma da Instrução encetada por Carlos Leôncio de Carvalho (decreto n. 4.247 de 19 de abril de 1879), a primeira condição para a melhoria do ensino dizia respeito aos professores que não poderiam ser improvisados. Reconhecia-se como necessidade prioritária a criação de *Escolas Normais* destinadas a “fornecer um pessoal convenientemente preparado para desempenhar as elevadas funções do magistério” (Moacyr, 1938, p. 191)
5. Refiro-me à experiência da Escola Normal do Município da Corte (1874-1875), escola particular subvencionada pelo governo, criada por iniciativa do senador Manoel Francisco Correia (A.N. Série Educação / Ensino Secundário, Pasta IE4 793) e ao decreto n. 6.379, de 30 de novembro de 1876, segundo o qual seriam

Ao contrário da *formação na prática*, realizada no interior das Escolas de Primeiras Letras, onde professores adjuntos eram exercitados na “arte de ensinar”, bastando que, para isso, tivessem noções básicas de leitura, escrita e aritmética, além de certo domínio do método utilizado nas escolas, o modelo escolarizado que agora se impunha orientava-se por um novo paradigma de formação docente, baseado na difusão de novas ideias pedagógicas e metodológicas que, de certa forma, já vinham sendo aplicadas na Escola Normal de Niterói, capital da província do Rio de Janeiro (Villela, 1990, 2002).

Antes mesmo do funcionamento efetivo da Escola Normal da Corte, um regulamento datado de 18 de janeiro de 1877 obrigava os professores adjuntos a frequentarem aquela escola para que se habilitassem nas matérias do 1º e 2º ano para as quais não houvessem prestado exame por ocasião do concurso de seleção a que foram submetidos para provimento do cargo. Os adjuntos efetivos ou interinos que não satisfizessem o dispositivo legal ou fossem reprovados duas vezes nos exames corriam o risco de serem destituídos de suas funções (*O Ensino Primário*, n. I, p. 20).

Contrariando, porém, as normas legais, exigiu-se que os docentes prestassem provas de todas as disciplinas, fato denunciado nas páginas da revista:

Logo que se inaugurou o curso de estudos dessa escola, affluiram os adjuntos ás respectivas aulas, convencidos de que só teriam de habilitar-se nas matérias accrescidas áquellas de que já tinham prestado exame; e nesse sentido dirigiram um requerimento ao ministro respectivo que, baseado sem duvida

criadas duas Escolas Normais na Corte, uma em regime de internato para as moças e outra em regime de externato para os rapazes. Entretanto, o empenho destinado à criação dessas escolas, votado pela Lei da Despeza, foi drasticamente reduzido para o exercício de 1876-1877, e acabou adiando o projeto que só se efetivou após o Decreto Leôncio de Carvalho, responsável pela reforma do ensino primário e secundário na Corte e o ensino superior em todo o país. Esse decreto, como já se mencionou na nota anterior, determinava que a formação dos professores primários deveria ser realizada em Escolas Normais criadas para esse fim. Ver a respeito: Uekane (2004) e Lopes e Martinez (2007).

nas informações da directoria da mesma escola, indeferiu o requerimento, ficando, portanto, os adjuntos obrigados a prestarem exame de todas as matérias do curso, apesar do disposto no regulamento de 18 de janeiro de 1877 [*O Ensino Primário*, n. I, p. 21].

Sentindo-se prejudicados, os adjuntos abandonaram a Escola Normal sem prestar os exames necessários à confirmação no cargo. Impressionado pela ausência e evasão dos alunos, o inspetor geral da Instrução Pública, Dr. Herculano Souza Bandeira Filho, passou a exigir a frequência destes às aulas, “movendo-lhes uma perseguição atroz e desapiedada, a ponto de preferir os adjuntos effectivos para entregar a regencia das escolas a adjuntos interinos, alumnos da Escola Normal” (idem).

A desqualificação dos professores adjuntos pelo inspetor da Instrução foi agravada por ocasião da 7ª Conferência Pedagógica realizada na Corte (1883), quando, incentivados a apresentarem trabalhos escritos que comprovassem seus conhecimentos e experiência pedagógica, os professores tiveram seus trabalhos reprovados, sendo acusados de *incapacidade profissional*. Ato contínuo, o professorado entendeu que deveria abster-se das discussões travadas na conferência do ano seguinte, limitando-se a comparecer e assinar a ata. Segundo o redator da revista:

[...] Manteve-se a classe respeitosa, como era seu dever, e seu silencio valia mais do que bem elaborados discursos [...] Apenas fallaram quatro professores primarios, dois dos quaes pela primeira vez e a classe emudeceu, aguardando melhores tempos [*O Ensino Primário*, n. I, p.18].

Ao desconsiderar a experiência dos professores e valorizar apenas os conhecimentos adquiridos em função de uma formação especializada, a Inspetoria da Instrução Pública acirrou os ânimos e, possivelmente, provocou o surgimento de um estado de coesão capaz de reforçar a identidade profissional desses sujeitos.

Segundo Thompson (1981), a *experiência* é frequentemente desvalorizada nos meios acadêmicos, pois só seria capaz de produzir o “senso comum” por se situar num nível muito inferior do intelecto. O autor refuta essa teoria e considera a experiência algo válido e efetivo,

especialmente no que diz respeito à maneira de alcançá-la ou produzi-la. Em sua opinião, “a experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento; surge porque homens e mulheres [...] são racionais e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo” (p. 16). Ou seja, por meio da experiência haveria mudanças no comportamento dos indivíduos e essas mudanças exerceriam “pressões sobre a consciência social existente” (idem).

Essa breve reflexão teórica ajuda-nos a entender o que os documentos examinados insistem em demonstrar. Profundamente atingidos em sua honra, assistindo em silêncio a deslegitimação de seus saberes, poucas vozes levantaram-se em defesa da categoria. Um deles, entretanto, ousou denunciar por meio da imprensa os arbítrios que vinham sendo impostos aos docentes. Essa atitude custou ao professor adjunto Gustavo José Alberto a suspensão das atividades profissionais, o que angariou imediata solidariedade de seus companheiros.

Em reunião realizada na Associação dos Professores Públicos da Corte, em 27 de abril de 1884, 61 professores – dos quais 43 homens e 18 mulheres – manifestaram apoio ao colega por meio de um abaixo-assinado, sendo constituída também uma comissão executiva, composta por sete professores, cuja função seria defender os interesses da classe.

Diante da resistência esboçada pelos docentes, o inspetor geral da Instrução pediu exoneração do cargo, fato comemorado no editorial do da revista:

Julgada e condemnada por todos quantos se interessam pelo ensino publico, a desorganizadora administração que ameaçava aniquilal-o desapareceu felizmente. Não é um hymno de victoria que vimos entoar: si ao professorado primário não faltou então patriotismo bastante para assignalar-lhe os abusos, sobra-lhe também agora moderação sufficiente para, diante do inimigo abatido, depor generosamente as armas, muito embora em seus últimos paroxismos [...] tentasse ainda ferir-mos no que temos de mais caro, a nossa honra. [...] Se, porem, algum dia voltar-lhe a razão, sirva-lhe de expiação a memoria de seus actos que ahi ficam registrados para attestar-lhe o critério. Isto nos vingá, isto nos basta [*O Ensino Primário*, n. I, p. 17].

Apesar de defender a formação escolarizada dos professores, o mesmo inspetor, Dr. Antonio Herculano de Souza Bandeira, por meio de relatório apresentado ao Congresso de Instrução realizado na Corte em 1883, censurava o ensino ministrado na instituição. Em sua opinião, a escola apresentou, desde o início, um “vício original”, pois, pela declaração expressa no decreto de 1880, todas as cadeiras seriam ocupadas por professores concursados. Entretanto, até 1883, os docentes se mantinham em seus cargos interinamente e, nas palavras do inspetor, tal situação “resultaria em um desprestígio para a escola”. Criticava também o fato de a escola ser mista, formando professores e professoras “com o emprego dos mesmos métodos, pelos mesmos mestres, nas mesmas aulas, e isto num paiz onde os dois sexos vivem em completo divórcio de ideias e de costumes, consequência de uma educação tradicional”<sup>6</sup>.

Para não criar embaraços aos professores que lecionavam também no Colégio Pedro II e ainda pelo fato de a Escola Politécnica, em cujo prédio funcionavam as aulas da Escola Normal, disponibilizar o espaço ocioso no horário noturno, determinou-se que as aulas dessa escola funcionariam das 17 às 21 horas, o que dificultava o caráter prático do curso, uma vez que as escolas primárias não funcionavam nesse horário.

Em relação ao plano de estudos, criticava-se a proposta do programa de ensino, decorrente do Regulamento de 1881<sup>7</sup>, que sacrificava a parte literária em prol da científica, o que se comprovava pela inclusão de matérias como as “Mathematicas Elementares, Elementos de Mechanica e Astronomia, Sciencias Physicas e Biologicas”, em detrimento do ensino de literatura brasileira e da cadeira de português, limitada às duas primeiras séries<sup>8</sup>. As observações do inspetor enfatizavam também o caráter predominantemente teórico do curso, em prejuízo dos exercícios práticos.

O currículo da Escola Normal pretendia, em sua essência, elevar o preparo do professor primário, cujos saberes mais especializados e centrados no paradigma científico contrastavam com a formação dos professores adjuntos. Todavia, a dificuldade para a execução das aulas práticas, bem como o desequilíbrio entre as matérias de formação geral e a parte pedagógica foram alvo de críticas, além de provocar uma enorme evasão de alunos pelo temor dos exames. Um balanço feito pelo diretor interino da escola, em março de 1883, revelou que apenas 43 alunos, dentre centenas de inscritos, haviam sido aprovados em até três matérias do curso<sup>9</sup>. Para se ter uma ideia da gravidade da situação, a estatística de 1887 confirmaria a aprovação de somente 17 alunos, nos sete anos de existência da escola, em todas as matérias das duas primeiras séries do curso, os quais obtiveram licença para lecionar apenas nas escolas primárias de primeiro grau<sup>10</sup>.

Diante das críticas feitas pelo inspetor Bandeira Filho, formou-se uma comissão para reformular o curso da Escola Normal, que, no entanto, não passaria, nas palavras do inspetor, de “um complexo de medidas provisórias tendentes a melhorar o estado actual dessa instituição nos estreitíssimos recursos do orçamento”<sup>11</sup>.

---

Aritmética; 2ª série: Português, Álgebra, Geometria e Trigonometria, Corografia e História do Brasil, Pedagogia e Metodologia Elementar; 3ª série: Lógica e Direito Natural e Público, Cosmografia e Geografia Geral, Elementos de Mecânica e Astronomia e Ciências Físicas; 4ª série: Economia Social e Doméstica, História Geral, Ciências Biológicas, Pedagogia e Metodologia Geral, Noções de Agricultura.

Curso de Artes: 1ª série: Caligrafia e Desenho Linear, Ginástica; 2ª série: Música, Trabalhos de Agulha; 3ª série: Caligrafia e Desenho, Trabalhos de Agulha; 4ª série: Música.

9. Conforme relatório de José Manoel Garcia (diretor interino) ao Conselheiro Pedro Leão Velloso, ministro do Império, em 17 de março de 1883. Arquivo Nacional, Pasta IE5 30.
10. Conforme *Relatório dos sucessos mais notáveis do anno lectivo de 1887 e das condições de ensino para a Escola Normal* redigido pelo professor Álvaro Joaquim de Oliveira e apresentado à Congregação da escola em 21 de abril de 1888. Arquivo Nacional, pasta IE5 33.
11. Relatório da comissão encarregada da reforma da Escola Normal da Corte em 12 de março de 1883. Arquivo Nacional. Pasta IE5 29.

6. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Inspeção Geral da Instrução (1874-1893). Códice 11-4-22.

7. Regulamento para a Escola Normal da Corte. Decreto n. 8.025 de 16 de março de 1881. Arquivo Nacional. Serie Educação/Ensino Secundário, Pasta IE5 28.

8. O currículo da Escola Normal, de acordo com o citado regulamento, era dividido em duas modalidades: Curso de Ciências e Letras e Curso de Artes: Curso de Ciências e Letras: 1ª série: Instrução Religiosa, Português, Francês e

As principais mudanças seriam:

- a) o funcionamento diurno da escola, visto que o curso noturno excluía a possibilidade de estágio nas escolas anexas;
- b) a transferência da escola para um prédio próprio, junto ao qual poderiam funcionar as escolas anexas;
- c) frequência obrigatória;
- d) melhoria de vencimentos dos docentes e do pessoal administrativo;
- e) alteração de currículo, mantendo-se apenas seis disciplinas: português e literatura, matemáticas e astronomia, ciências físicas e biológicas, geografia e história do Brasil, instrução moral e cívica, sem caráter religioso, compreendendo elementos de sociologia, direito, economia política para os rapazes e economia doméstica para as moças, pedagogia e metodologia;
- f) a economia realizada com a supressão das demais disciplinas, orçada em 16 contos de réis, seria destinada ao aumento dos funcionários e docentes;
- g) o exame de proficiência nas línguas vivas (francês, inglês ou alemão) seria incluído nos preparatórios, concedendo-se um prazo aos normalistas para que nelas pudessem habilitar-se;
- h) término de concursos para provimento das funções de professor para as escolas públicas primárias para as quais deveriam ser nomeados apenas os que tivessem o curso da Escola Normal;
- i) o ensino prático seria dado nas escolas anexas, sendo o primeiro ano apenas de observação e os demais de prática efetiva, ocasião em que os normalistas seriam responsáveis pelas turmas.

O diretor da escola, professor Benjamim Constant Botelho de Magalhães, fazia parte desta comissão. Sua participação é marcada pela defesa da laicidade do ensino, com a supressão da disciplina Instrução Religiosa e pela manutenção das disciplinas de caráter científico, princípios caros ao ideal positivista por ele professado. Entretanto, discordava da comissão em relação à mudança do horário das aulas da Escola Normal.

Em reação à mudança no horário das aulas, produziu-se um documento subscrito por 38 alunos, sendo 18 rapazes e vinte moças, no qual ponderavam ser impossível aos normalistas, em sua grande maioria adjuntos nas escolas públicas, assistir as aulas no horário diurno, tempo em que estariam ocupados nas escolas em que trabalhavam. Além disso, relatavam as dificuldades vividas por outros alunos, em sua maioria moças.

Afóra os adjuntos, a Escola Normal é frequentada, como V. M. Imperial bem o sabe, por aquelles que se destinam á carrera do magistério. Ora, a profissão de mestre-escola não é entre nós de fazer fortuna; a ella, pois recorrem os que á falta de capital não podem seguir outra, principalmente quando se trata de individuos do sexo feminino, que, como é notório, constitue a maioria dos alumnos da escola. A passagem do curso para diurno só pode trazer-lhes difficuldades, sendo que estas se tornarão maiores por sentirem-se com vocação para o magistério, desejarem preparar-se na escola creada por S. M. Imperial e verem-se privadas deste desejo por faltarem quem para ahi as acompanhe. A civilização, Imperial Senhor, não está ainda entre nós tão adiantada que uma moça possa caminhar só [...] E os paes ou mães das actuaes alumnas, observada a mudança, ficarão impossibilitados, por seus deveres públicos ou domiciliarios, de acompanhar suas filhas á Escola [Arquivo Nacional, pasta IE5 29].

Curiosamente, ao defender seus interesses, os estudantes se apropriavam das normas e prescrições emanadas do Estado, contra as quais frequentemente se insurgiam, como o caso do decreto que obrigava os adjuntos a frequentarem a escola, sob pena de perderem o cargo. Oriundos de camadas sociais desfavorecidas, identificavam o magistério como uma das poucas carreiras possíveis, especialmente para o sexo feminino, incorporando, também, o discurso disseminado pelo governo que via o magistério primário como um ofício mais apropriado às mulheres.

Atendendo a solicitação dos alunos, o diretor da escola defendeu a manutenção do curso noturno, discordando da proposta elaborada pela comissão da qual fazia parte. Dessa forma, o problema das aulas práticas

continuou sem solução, gerando críticas cada vez mais contundentes. O projeto das escolas anexas para a prática docente foi, por muito tempo, adiado, vindo a concretizar-se plenamente apenas em 1916, por meio do decreto n. 1.730, quando o curso noturno foi extinto e o novo horário passou a vigorar das 10 às 18 horas (Silveira, 1954, p. 43).

A inconsistência desse modelo formativo, ao menos nos primeiros anos de funcionamento, incitava críticas recorrentes. Uma das questões mais incômodas para os professores adjuntos era a ideia, corrente na época, de que a vitória de algumas candidatas nos concursos públicos para o magistério primário se devia exclusivamente aos conhecimentos obtidos nas aulas da Escola Normal. Eis a resposta do redator:

Não queremos que se faça passar já como verdade que as candidatas apresentadas a concurso levam para allí os conhecimentos unicamente obtidos na Escola Normal. [...] Não duvidamos que a actual administração da Escola Normal com os bons desejos que a animam dê uma organização ao estudo de modo que possa realizar-se de ora em diante o que se procura fazer passar hoje por verdade. Acreditamos mesmo que isso aconteça em um futuro próximo. [...] Mas nem sempre tudo o que luz é ouro... [*O Ensino Primário*, n. IV, p. 53].

Argumentavam, ainda, que os professores adjuntos, gastando com a subsistência seus parcos vencimentos, não dispunham de recursos para pagar “explicadores” que lhes garantissem o sucesso nos exames. Ao contrário, algumas concorrentes reforçavam seus conhecimentos à custa de profissionais que cobravam pelo serviço prestado. Embora reconhecendo a inteligência e o esforço das candidatas, os redatores denunciavam algumas irregularidades:

Há uma senhora, que já não é a primeira vez, que concorre para uma cadeira pública, em virtude de seu exame foi até considerada adjunta efectiva; outras são adjuntas com excellentes exames na Inspeção Geral de Instrução; esta exhibio provas em bancas de exames de preparatórios, obtendo notas de distinção, mas possui um distinctissimo explicador de quem é digna esposa;

todas, enfim, refizeram-se fóra daquelle estabelecimento, dos conhecimentos necessários [idem, p. 52-53].

Nem todos os professores aprovados em concurso eram efetivamente aproveitados, visto que o ato de nomeação dependia de indicações políticas que, muitas vezes, se sobrepunham à competência dos candidatos, conforme denunciavam os redatores de *O Ensino Primário*.

Outra questão recorrente nas páginas da revista diz respeito ao incentivo dado às moças por parte da administração pública para que abraçassem a carreira do magistério primário, sob a alegação de que este era um dos raros meios de vida dignos, enquanto os rapazes eram desestimulados, uma vez que poderiam dedicar-se a outros serviços, inclusive mais rendosos (idem, p. 53).

## Magistério primário: carreira feminina

Consta do referido periódico a notícia de que, nos concursos para provimento de vagas em escolas de meninos nas freguesias da Ilha do Governador e Paquetá, professores homens, apesar da boa classificação no concurso, foram obrigados a ceder o lugar a professoras, alunas da Escola Normal, que, inclusive, não tinham a idade mínima para serem nomeadas<sup>12</sup>.

Por meio dessa medida arbitrária, segundo os redatores da revista, jovens com idade de 18 anos assumiam funções antes destinadas aos professores, agora totalmente desqualificados pelo Inspetor Bandeira Filho. “De vós não preciso, as alumnas da escola normal são as armas com que vos hei de esmagar”, propalava o inspetor, dando preferência às normalistas para reger escolas de meninos (*O Ensino Primário*, n. I, p. 22).

12. O regulamento de 17 de fevereiro de 1854 exigia a idade de 25 anos para o provimento de uma senhora em qualquer cadeira pública, ou a de 21 anos sendo esta casada ou vivendo em companhia de seus pais (*O Ensino Primário*, ano I, n. 1, maio de 1884, p. 21-22).

O concurso realizado em 1883 para o provimento de cadeiras públicas de instrução primária foi, na opinião dos redatores, repleto de “peripécias desastrosas” em razão do privilégio concedido pelos examinadores às professoras que passariam a reger escolas de meninos de 6 a 15 anos de idade. Embora reconhecessem que as moças “dispunham de maior soma de elementos para uma boa classificação que os candidatos inscriptos”, os redatores destilaram contra elas sua ironia:

Há mesmo um quê de irresistível na mulher que justifica o proverbio: *Ce qu'unne femme veut, Dieu le veut*. O confronto é sempre para receiar entre duas pessoas de sexo differente; por isso que em ambas de iguaes talentos, dispondo dos mesmos recursos intellectuaes, não é difficil dizer-se de que lado está a vantagem: concedem-se sempre os aplausos á do sexo feminino (*O Ensino Primário*, n. IV, p. 51).

Mesmo reconhecendo a respeitabilidade da banca examinadora, os críticos chamam a atenção para “elementos estranhos áquella mesa que possam influir nas decisões [...] arautos que propalam que é intenção formal do poder superior entregar todas as cadeiras a senhoras, boatos que echoam das salas da Escola Normal até a Secretaria de Instrução” (idem). Referiam-se provavelmente aos inspetores da Instrução Pública, defensores da presença feminina no magistério primário, conforme sugere o discurso do Dr. Bandeira Filho, já citado. A justificativa alegada por esses funcionários é que os homens tinham muito do que se ocupar em um país essencialmente agrícola e industrial como o nosso, ao passo que a mulher não teria outro meio de vida.

Ainda nesse número da revista, encontra-se publicado o resultado do concurso para provimento de vagas nas escolas primárias realizado em agosto de 1885. O resultado da prova escrita não surpreendeu os redatores: num total de vinte aprovados, 16 eram mulheres, que, inclusive, obtiveram as primeiras colocações. Dentre estas, a nota mais alta foi concedida à D. Olympia Proença, aluna da Escola Normal. O comentário feito pelos rapazes sobre o concurso é digno de nota: “Está provado que a gente do

sexo masculino ficou menos intelligente e não há um só individuo que vista calças que consiga collocar-se nos primeiros logares em concurso que entrem as amáveis e gentis pessoas do bello sexo” (idem, p. 64).

Criticavam também a maior facilidade das provas escritas, assegurando que “no tempo dos *brancos adjuntos* (grifo nosso) que estão hoje providos nas cadeiras públicas” havia necessidade de se prestarem seis ou sete provas escritas com pontos sorteados e outras tantas provas orais que duravam, em média, uma hora cada. O comentário, evidentemente, tendia a valorizar o conteúdo das provas por eles realizadas.

N'aquelle tempo analysava-se Frei Bartholomeu dos Martyres, um monumento archeologico escripto por Frei Luiz de Souza de velha e antiquada memória. [...] E aquillo era a valer, analysava-se a sério, lexicologia, syntaxica e logicamente. Hoje não; a prova oral constará de umas cousas no mesmo gênero das da prova escripta [p. 64].

Percebe-se que os professores apoiavam a ideia de militarizar o país por meio das escolas primárias, embora o autor dessa proposta, “um distinto brasileiro de profundos estudos pedagógicos”, tenha seu nome omitido. Os papéis sociais vivenciados pelos homens eram associados ao símbolo da força, energia e coragem, enquanto a mulher encarnava o emblema da paz, timidez e brandura. Portanto, no projeto de militarização da sociedade brasileira por meio das escolas, eles seriam imprescindíveis:

Militarisem nossas escolas, tornando cada cidadão um defensor da Pátria, mas entreguem o ensino da escopeta e do sabre ás nossas patricias, pela transformação de nossas mulheres, que tem até medo do escuro, nas antigas Amazonas [...] Ensinem cada menino a conhecer, desde a segunda quadra da vida, quaes os direitos e deveres dos filhos de um paiz livre e constitucional, entregando o ensinamento de sua educação civica a uma senhora que geralmente se importa tanto com essas cousas como nós nos importamos com as rendas e bugigangas dos adornos feminis. [...] Calquem o caracter do futuro cidadão no caracter actual de nossas patricias, e vejam o ente hybridado que deverá resultar desta consorciação [idem, p. 54].

Embora admitissem a participação feminina nas classes de meninos entre 6 e 9 anos de idade (escolas de 1º grau), condenavam a presença das mulheres em turmas de alunos mais velhos, para que estes não se deixassem seduzir por “creaturas que sabem prender as vontades firmes e os animos resolutos do homem nas malhas de uma rêde de encantos naturais, e de premeditados ademanos, adquiridos por um bem elaborado estudo intuitivo, de agradar pelos olhos...” (p. 54).

Observa-se, aqui, o cruzamento de argumentos de natureza moral com uma referência clara aos conhecimentos especializados adquiridos pelas alunas na Escola Normal. Aos encantos naturais das jovens normalistas eram acrescidos “premeditados ademanos” que provocavam o efeito de “agradar pelos olhos”, numa alusão óbvia aos estudos do *método intuitivo*, adotado naquela instituição pelos professores da cadeira de pedagogia. Este método, popularizado pela denominação de *lição de cousas*, caracterizou-se como uma prática pedagógica que se utilizava de objetos didáticos conhecidos pelos alunos para promover a aprendizagem. O conhecimento dos fenômenos processava-se por intermédio dos órgãos dos sentidos, que estabeleciam a associação entre o objeto e o sujeito da aprendizagem. Nessa perspectiva, os sentidos possibilitam uma comunicação com o mundo, produzindo sensações e percepções que, retidas pela memória, permitiam a elaboração de ideias e conceitos<sup>13</sup>.

## Seção Pedagógica

O método de *lição de cousas* havia sido amplamente discutido na 7ª Conferência Pedagógica realizada em 1883. Uma das teses elaboradas sobre o tema, de autoria do professor Januário Sabino, encontrou espaço na Seção Pedagógica da revista, publicada em maio de 1884.

De acordo com a referida tese, “o progressivo caminhar da ciência pedagógica” seria “o único caminho capaz de conduzir a uma educação sólida” (*O Ensino Primário*, n. I, p. 27). Duas seriam as condições exi-

gidas para empregar tal forma de ensino: o grande cabedal de conhecimentos por parte dos mestres e o material escolar que servisse de base às lições.

Quanto ao primeiro requisito, percebe-se o cuidado do professor Sabino em emitir qualquer julgamento, preservando a categoria docente e seu próprio nome de “juízos suspeitos”. Alegava o conferencista que “o professor enriquece todos os dias o seu cabedal intellectual”, mas não atribui tal aperfeiçoamento, exclusivamente, ao curso oferecido pela Escola Normal. Antes, utiliza-se de um discurso patriótico, assegurando que a classe não pouparia esforços e sacrifícios para incorporar os melhoramentos necessários à escola brasileira, visto que tal procedimento se impunha como um dever à pátria” (p. 28).

Em relação à segunda condição, após inventariar o insuficiente material didático existente nas escolas – quadros de leitura, mapa do Brasil, contador mecânico, a caixa métrica de Carpentier, um quadro representando as diversas medidas do sistema métrico –, afirma categórico: “Ora, quem visitou ultimamente a exposição pedagogica não dirá que esses objectos constituem um museu escolar, pois nem um só indivíduo de qualquer dos reinos da natureza ahi figura” (idem). Contudo, procura incentivar os companheiros a não renunciar às *lições de cousas*, deixando que os “velhos methodos continuem a entorpecer as faculdades da criança”. Nesse sentido, apela para os resultados positivos, acrescentando que “quaesquer sacrificios feitos para introduzil-os desde já nas escolas seriam justificados” (idem).

Por meio desse discurso, o professor Januário Sabino procurava sensibilizar a administração do ensino primário para a necessidade de maior comprometimento com as novas técnicas da arte de ensinar, o que poderia significar uma solicitação de apoio para iniciativas que promovessem a formação continuada do magistério, por meio do incentivo à presença dos docentes nas conferências pedagógicas, onde travariam contato com os novos métodos de ensino e com os mais modernos materiais didáticos.

Alegava, ainda, que se não fosse possível montar museus em todas as escolas, como seria ideal, ao menos as dotassem de quadros de história

13. Ver, a respeito do método intuitivo, o trabalho de Valdemarin (2004).

natural que servissem de apoio às lições: “É certo que a idéia formada pela intuição da imagem não é tão clara, não deixa raízes tão fundas como a que é produzida pela do objecto, mas, si não podemos possuir o optimo, porque desprezaremos o bom, persistindo no péssimo?” (idem).

Por meio da Seção Pedagógica, a revista despertava no professorado atenção e simpatia em relação aos novos métodos que já vinham ocupando lugar destacado nas conferências pedagógicas e nos programas da Escola Normal. Porém, paralelamente a este sentido prescritivo, destilava-se contra a administração uma censura sutil, na medida em que, sendo responsável pelo ensino na capital do Império, deveria ficar a cargo da Inspeção o aperfeiçoamento da instrução oferecida aos futuros cidadãos brasileiros. Mais do que responsabilidade, tratava-se de um verdadeiro dever cívico, ao qual a classe de professores primários jamais se furtaria. Neutralizava-se, por meio dessa estratégia, as críticas recebidas pelos professores por parte dos inspetores da Instrução, que invariavelmente a eles se referiam como *intelectualmente inaptos* para o exercício da função.

## Representações da profissão docente

Ainda que se procure escapar à armadilha do anacronismo, somos tentados a admitir que a representação que o professorado tinha de si naquele momento guarda similitudes com a realidade vivenciada pelo magistério nos dias atuais. De autoria desconhecida, a matéria publicada na revista, em agosto de 1885, tem por objetivo retratar as agruras vividas pelos professores primários do município da Corte naquele final de século.

De forma irônica, o cronista anuncia sua temática: “Magnífico isto de ser professor publico primário na côrte do vasto e rico império do Brazil!” e, em tom pessimista, passa a discorrer sobre a carreira na qual “os dias succedem-se envelhecendo-nos lenta e precocemente, dando-nos esperanças que se convertem em tristes e dolorosas desilusões” (*O Ensino Primário*, n. IV, p. 59). A baixa remuneração dos professores primários aparece de forma recorrente:

Á proporção que os annos decorrem, mais diminuem, pelas contingências da vida material no meio que vegetamos desalentados, os nossos proventos. Estacionários, terrivelmente estacionários esses proventos, não obedecendo aos impulsos das necessidades que crescem, daqui a bem pouco o professor primário será um objecto digno de estudo ou de commiseração [idem].

A constante tensão entre Estado e docentes manifesta-se com força no texto. Sentindo-se desamparados pelas autoridades administrativas, que “não têm um olhar de animação para esta classe desprotegida e que não merece nada dos que nos governam”, o cronista afirma que a categoria trabalha apenas para alimentar “ vaidades pessoais dos governantes”. Egressos de estratos sociais mais baixos, mas detentores de um conhecimento especializado que os coloca, teoricamente, em situação de igualdade com alguns profissionais liberais, os professores ressentem-se da falta de reconhecimento em relação ao seu trabalho:

Todos neste paiz de bacharéis e de políticos gozam mais ou menos dos favores do alto; todos têm um amanhã ou podem entrever em seus sonhos dias mais ou menos ridentes [...] menos esses trabalhadores que preparam o futuro, menos esses homens aos quaes a pátria tanto deve e para os quaes tem sido esmagadora e cruelmente ingrata [p. 60].

Uma das preocupações reveladas, possivelmente um anseio da categoria, relaciona-se à criação de um ministério especial que tratasse de assuntos relativos à educação no país, como “existem em todas as nações do velho mundo”. Na visão do porta-voz do professorado, a Inspeção Geral de Instrução não passava de um setor sem autonomia, apresentando-se como sucursal de uma seção da secretaria do Império, cuja ação centralizadora impedia o progresso e o desenvolvimento nacional.

Uma série de apelos era também dirigida à imprensa do país, que, “devendo ter olhos para tudo ver”, parecia insensível às queixas dos professores: “Vós que deveis ser o écho da opinião nacional, que comprehendes perfeitamente a importância d’esta profissão, que acompanhais o progresso intellectual e moral dos povos, não tendes também ouvido os nossos reclamos?” (p. 61).

O tom pessimista do cronista oferece-nos a dimensão do quadro de infortúnios enfrentado pela classe, mobilizada em defender direitos adquiridos que não vinham sendo respeitados. Os regulamentos sofriam modificações constantes, sendo elaborados por pessoas que “nunca dirigiram uma escola e sem as habilitações praticas precisas” (p. 61). A falta de autonomia docente era flagrante, levando os funcionários a se sentirem como “machinas regidas por leis minuciosas sobre todas as cousas escolares” (p. 61), em que a vontade, o esforço e o próprio trabalho não podiam aparecer.

Reivindicavam os professores da Corte que os regimentos internos, horários das aulas e métodos de ensino ficassem a cargo dos docentes e dirigentes das escolas. Há, no documento, um apelo à Inspeção de Ensino para que esse órgão colaborasse com os docentes na reabilitação da classe do magistério, satisfazendo suas principais reivindicações: a) que a categoria fosse dotada de mais autonomia e independência; b) que não se descontasse dos vencimentos dos professores a quantia destinada a pagar o local de sua moradia, no caso, o prédio da própria escola; c) que houvesse redução nos impostos pagos pelos professores, pois além dos 2% que incidiam sobre os vencimentos, eles eram obrigados a pagar mais 5% cuja destinação, segundo o cronista, serviria para “locupletar os credores dos possuidores de escravos” (p. 62).

## Considerações finais

Este estudo permitiu traçar um panorama aproximado das condições de trabalho do magistério público primário do município da Corte no final do século XIX. Foi possível, por meio do exame da revista consagrada aos interesses da classe, constatar a tensão vivida pela categoria em função das normas, muitas vezes arbitrárias, expedidas pela Secretaria de Instrução Pública.

Diversos problemas afetavam os profissionais docentes: falta de autonomia em razão da ação centralizadora da Inspeção de Instrução

Pública, concorrência de professores especialistas formados na recém-criada Escola Normal, preferência dada às mulheres para o provimento de cargos nas escolas públicas, instabilidade no cargo, baixa remuneração e falta de reconhecimento de seu papel social por parte das autoridades administrativas.

À medida que a educação escolarizada se impõe como instrumento de ascensão social, os professores veem-se investidos de um poder que eles mesmos desconhecem. Letrados numa sociedade de poucas letras, mas egressos de estratos sociais desfavorecidos, os docentes vivem a contradição de sentirem-se superiores à grande maioria da população, sem, contudo, desfrutarem de condições de conforto e segurança, tendo em vista os parcos salários recebidos.

Na tentativa de compreender a construção histórica desse campo, suas relações sociais e inserção no mundo do trabalho, é preciso fazer um balanço dos seus avanços e limitações. Percebe-se que houve avanços em torno das experiências compartilhadas pelos docentes e da coesão em torno de interesses comuns, embora a classe se encontrasse bastante fragmentada e atravessada por conflitos e ambiguidades. Entretanto, não seriam justamente essas tensões que acabariam por estimular o processo de coesão da categoria, dando sentido à configuração desse campo profissional, ainda que de forma limitada?

Dentre as possíveis razões que talvez possam explicar a fragmentação da categoria, torna-se oportuno observar a coexistência de modelos formativos e práticas distintas de recrutamento do corpo docente para as escolas públicas primárias. Os concursos para provimento do cargo de professores adjuntos continuaram a ser realizados até o final do século XIX, não se materializando, em pelo menos duas décadas, a estratégia de substituir os concursos de seleção por cursos de formação. Em primeiro lugar, porque era reduzido o número de alunos que se submetia aos exames da Escola Normal, sendo ainda menor o total de diplomados, conforme este trabalho já demonstrou. A segunda justificativa pode ser atribuída a razões de ordem econômica, pois, como observa Mancini (2002), na lógica governamental, era menos dispendioso selecionar professores do que investir na formação inicial.

Outro fator de desagregação talvez possa ser creditado ao irreversível processo de feminização do corpo docente primário, que, como observa Nóvoa (1991b), possivelmente fragilizou a estruturação do campo. Por não existirem diferenças salariais em função do sexo – uma das raras profissões em que isso não ocorria –, o domínio majoritário das mulheres nesse campo acaba “por colocar obstáculos às ações docentes com vistas à melhoria de seu estatuto econômico e social” (p. 126), uma vez que o salário feminino, de modo geral, apenas suplementava as finanças da família, enquanto aos homens cabia sustentá-la. Acrescenta ainda o autor que a situação ocupada pelas mulheres na hierarquia social nessa época “é muito mais determinada pela posição de seus maridos que por sua própria atividade profissional” (p. 127). Essa situação talvez explique a resistência à avalanche de moças que, formadas pela Escola Normal e aprovadas nos concursos públicos, ameaçavam a união da categoria.

Na verdade, os professores primários da Corte no final dos Oitocentos encontravam-se diante de impasses dos quais dificilmente poderiam escapar. A despeito da relação desigual de forças e do controle a que estavam submetidos pelo poder estatal, conseguiram articular-se e divulgar sua experiência em defesa de interesses comuns, ainda que nem sempre fossem bem-sucedidos.

Personagens típicos de uma época, os docentes explicitaram em seus discursos a tensão existente entre a representação que construíram a respeito do próprio ofício, encarado como missão civilizadora, e a realidade que se apresentava no cotidiano, marcada pelas precárias condições de trabalho e pequeno reconhecimento social, como atestam os flagrantes colhidos nas páginas do periódico investigado.

## Referências bibliográficas

APPLE, Michael W. *Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero em educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

BRASIL. Decreto n. 6.379 de 30 de novembro de 1876. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, s/d. Arquivo Nacional. Série Educação/Ensino Secundário. Pasta IE 5 36.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 7.684 de 6 de março de 1880. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, s/d. Arquivo Nacional. Série Educação/Ensino Secundário. Pasta IE5 36.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 7.247 de 19 de abril de 1879. Reforma do Ensino Primário e Secundário do Município da Corte e o Superior do Império. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, s/d. Arquivo Nacional. Série Educação/Ensino Secundário. Pasta IE 5 36.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 8.025 de 16 de março de 1881. Regulamento para a Escola Normal da Corte. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1881. Arquivo Nacional. Série Educação/Ensino Secundário. Pasta IE5 28.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

ENGUITA, Mariano. A ambiguidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização. *Teoria & Educação*, n. 4, p. 41-61, 1991.

FERREIRA, Ana Alice. *A instrução do povo como missão: o ensino público primário na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1870 e 1922*. Tese (Doutorado) – Departamento de História, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2002.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas: Autores Associados, n. 1, p. 9-44, jan./jun. 2001.

LEMONS, Daniel Cavalcanti. Manifestos e manifestantes na educação brasileira. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 30., 2007, Caxambu. *Anais...* Caxambu, out. 2007 (CD-ROM).

\_\_\_\_\_. O governo de si: associativismo e profissionalização docente na Corte Imperial. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5., 2008, Aracaju. *Anais...* Aracaju, nov. 2008 (CD-ROM).

LOPES, Sonia; MARTINEZ, Sílvia. A emergência das escolas normais no Rio de Janeiro do século XIX: A Escola Normal da Corte e a Escola Normal de Campos. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas: Autores Associados, n. 15, p. 53-78, set.-dez. 2007.

MANCINI, Ana Paula G. Concursos públicos para admissão de professores primários no Município da Corte (1876-1886). *Revista Omnia*, vol. 3, n. 1, p. 69-76, 2002.

MOACYR, Primitivo. *A Instrução e o Império: subsídios para a História da Educação no Brasil (1854-1889)*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938, vol. 3.

NÓVOA, António. *Le temps des professeurs: analyse sócio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIII-XIX siècle)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Profissão professor*. Porto: Porto Editora, 1991a.

\_\_\_\_\_. Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. *Teoria & Educação*, n. 4, p. 109-135, 1991b.

\_\_\_\_\_. A imprensa de educação e ensino: concepção e organização do *repertório* português. In: CATANI, D. B.; BASTOS, M. H. C. *Educação em revista: a imprensa periódica e a História da Educação*. São Paulo: Escrituras, 2002. p. 11-32.

*O ENSINO PRIMÁRIO*: revista consagrada aos interesses do ensino e redigida por professores primários da Corte Imperial. Rio de Janeiro: Typographia de Augusto dos Santos, anno I, n. I, maio de 1884. Biblioteca Nacional. Seção de Periódicos Raros. Ref: PR SOR 03758 (1).

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: Typographia Camões, anno II, n. IV, agosto de 1885. Biblioteca Nacional. Seção de Periódicos Raros. Ref: PR SOR 03758 (1).

OLIVEIRA, Dalila A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. *Educação & Sociedade*, Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1127-1144, set./dez. 2004.

SILVEIRA, Alfredo B. da. *História do Instituto de Educação*. Distrito Federal: Prefeitura do Distrito Federal, 1954.

THOMPSON, Edward. *A miséria da teoria*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

\_\_\_\_\_. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, vol. 1.

UEKANE, Marina. Saberes prescritos e a profissionalização dos professores: um estudo acerca da episteme da Escola Normal da Corte. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 3., 2007, Curitiba. *Anais...* Curitiba, 2004, p. 1-14.

VALDEMARIN, Vera T. Os sentidos e a experiência: professores, alunos e métodos de ensino. In: SAVIANI, Dermeval; ALMEIDA, Jane S. de; SOUZA, Rosa F. de; VALDEMARIN, Vera T. *O legado educacional do século XIX*. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 163-203.

VILLELA, Heloísa. *A primeira Escola Normal do Brasil: uma contribuição à história da formação de professores*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, UFF, Rio de Janeiro, 1990.

\_\_\_\_\_. *Da palmatória à lanterna mágica: a Escola Normal da província do Rio de Janeiro entre o artesanato e a formação profissional (1868-1876)*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, USP, São Paulo, 2002.

Endereço para correspondência:

PROEDES: Avenida Pasteur, 250-F

Prédio Anexo da Faculdade de Educação, sala 102/103

Praia Vermelha, Rio de Janeiro-RJ

CEP 22.290-240.

E-mail: sm.lopes@globo.com

Recebido em: 12 ago. 2009

Aprovado em: 29 jun. 2010